

**2** EDITORAL  
*Declaração  
do Rio*

**3** ARTIGO  
*A América Latina e as  
negociações comerciais  
multilaterais, por  
Viviane Ventura Dias*

**5** ARTIGO  
*O motivo do ajuste  
fiscal, por Helder  
Ferreira de  
Mendonça*

**7** DOCUMENTO  
*Balanço do  
IV Encontro  
Nacional de  
Economia Política*

**14** ARTIGO  
*Ford ou  
não Ford,  
por José Ricardo  
Tauile*

**EM SETEMBRO:**  
XIII CONGRESSO BRASILEIRO  
DE ECONOMISTAS  
VII CONGRESSO DE ECONOMISTAS  
DA AMÉRICA LATINA E CARIBE  
Pág. 16 a 18

## Os caminhos da **reconstrução** do Brasil

**N**esta edição, o mais recente texto de Celso Furtado. Claro, direto e corajoso: "Corremos o risco de uma moratória catastrófica. (...) O formidável sobreendividamento que sofremos entre 1995 e 1998 ocorreu em um período em que o crescimento econômico foi praticamente zero. Dobrou o grau de controle, por grupos estrangeiros, do capital fixo reprodutivo do país."

*páginas 10 a 13*



O ENGENHO, DE RAIMUNDO BRANDÃO CELA, ACERVO DO MNBA/RJ

## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

**Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ricardo Bueno (MT 61577/79) • **Jornalista Assistente:** Viviane Paula Viana • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL  
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 232-8178 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

**Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascountto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 - Fax: (021) 240-4366 - E-mail: [sindecon@embratel.net.br](mailto:sindecon@embratel.net.br) - Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: [ierj@ax.apc.org](mailto:ierj@ax.apc.org) - Home page: <http://www.economistas.com.br>

## EDITORIAL

Nos dias 28 e 29 de junho realizou-se no Rio de Janeiro, o primeiro encontro de Chefes de Estado da União Européia, América Latina e Caribe. A agenda do encontro oficial previa uma série de temas de caráter político, econômico, comercial e cultural. O objetivo central desta reunião era o de acelerar os movimentos no sentido da integração comercial entre os países e blocos comerciais envolvidos.

No sentido de ampliar a participação nesses processos, as entidades da sociedade civil realizaram uma série de atividades, organizadas por entidades representativas de categoria, ONGs, entidades sindicais, dentre outros, para somarem esforços no sentido de permitir um amplo encontro que refletisse sobre os graves problemas econômicos e sociais latino-americanos.

O Conselho Regional de Economia/RJ, o IERJ e o Sindecon participaram ativamente da organização do encontro e como resultado dessas atividades julgamos importante dar destaque a declaração final no espaço de nosso editorial.

FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL  
PARA O DIÁLOGO EUROPA - AMÉRICA  
LATINA E CARIBE - DECLARAÇÃO  
DO RIO DE JANEIRO

O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DIÁLOGO EUROPA - AMÉRICA LATINA E CARIBE, reunido nos dias 28 e 29 de junho de 1999, na cidade do Rio de Janeiro, aprovou a seguinte declaração, contendo a posição das organizações sociais e sindicais de países da América Latina ante a Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado:

1. Repetindo o modelo de encontros anteriores, a Conferência de Chefes de Estado da Europa, América Latina e Caribe, realizada nesta mesma ocasião, reduziu os povos de nossa região à condição de meros espectadores das decisões oficiais. Não se justifica que eventos de tal envergadura internacional não incorporem as entidades representativas da Sociedade Civil. As bases de qualquer acordo entre a América Latina, o Caribe e a União Européia devem estar ancoradas na transparência, participação e informação à opinião pública como condição para a cooperação entre nossos povos. As declarações oficiais com relação a temas como educação, erradicação da pobreza, cooperação para o desenvolvimento e proteção dos direitos sociais, normalmente adotadas nos encontros governamentais, permanecem como letra morta, enquanto as negociações comerciais avançam segundo os interesses dos investidores e das corporações multinacionais.

2. A verdadeira cooperação internacional constitui um patrimônio das sociedades democráticas e deve balizar-se pela promoção dos direitos humanos, econômicos e sociais, promovidos com a ampliação e o aprofundamento da democracia participativa. O direito internacional à livre organização e à negociação coletiva deve ser respeitado. Nossos povos, que preservam forte identidade histórica e cultural, consideram o fim da exclusão social e da pobreza o principal objetivo a ser alcançado. A cooperação internacional deve promover o desenvolvimento sustentável, o que exige a proteção do meio ambiente e o aprofundamento e ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A racionalidade econômica deve estar submetida à justiça social. Este modelo de cooperação e solidariedade internacional necessita considerar os seguintes aspectos:

• O livre comércio vem ampliando a

exclusão social e econômica. A propriedade intelectual e os serviços são os novos setores cobijados pelos capitais internacionais. Qualquer acordo entre a União Européia, América Latina e Caribe deve considerar em primeiro lugar o direito ao desenvolvimento econômico e social. As assimetrias existentes entre os diversos países devem ser levadas em conta, prevendo-se mecanismos efetivos para superá-las. Políticas comerciais devem ser instrumentos de promoção do desenvolvimento e vir acompanhadas de mecanismos destinados a proteger os direitos laborais, sociais e ambientais. O bem-estar e a segurança alimentar de nossos povos não podem se submeter à lógica da competição comercial, condenando nossa região à condição de exportadora eterna de produtos primários agrícolas e minerais, à custa do desenvolvimento sustentável. Em nenhuma condição, a super-exploração da mão-de-obra, com a utilização do trabalho infantil e a discriminação das mulheres, pode se constituir em fator de competição comercial. Os povos da União Européia, da América Latina e do Caribe nada têm a ganhar com negociações que pretendam jogar blocos de países contra blocos de países.

• A criação de mecanismos que minimizem a instabilidade econômica internacional deve ser prioridade na agenda de cooperação inter-regional e internacional. A reversão da liberalização financeira e implementação de controles sobre os fluxos de capitais internacionais pode ser alcançada por meio de impostos destinados a controlar os investidores internacionais, em benefício de nossos povos. A cooperação deve rejeitar esquemas multilaterais de desregulação financeira, como é o caso do Acordo Multilateral de Investimentos, seja no âmbito da OCDE, seja no âmbito da OMC. Outras formas de controle democrático devem ser definidas. A redução do peso da dívida externa dos países menos desenvolvidos é condição indispensável à verdadeira cooperação entre nossos povos. Consideramos positiva a conversão de parte desta dívida em financiamento a programas de bolsa-escola destinados à erradicação do trabalho infantil. Da mesma forma, a União Européia deve cumprir o compromisso de destinar 0,7% do PIB à cooperação para o desenvolvimento, observando o caráter social e solidário que deve revestir a destinação desses recursos. Controles rigorosos sobre as empresas multinacionais precisam ser definidos nos acordos inter-regionais.

• As bases do diálogo e da cooperação entre União Européia, América Latina e Caribe devem estar assentadas nos princípios da democracia, da participação, da tolerância, do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à paz entre os povos. Processos de integração são incompatíveis com a violência e a guerra, como a que a OTAN desencadeou na Iugoslávia. A paz e a segurança internacional devem ser reguladas e negociadas no âmbito das Nações Unidas, cujo Conselho de Segurança precisa ser reformado em bases democráticas. Do mesmo modo, é inaceitável o bloqueio a Cuba. A Lei Helms-Burton é contraditória com a autodeterminação dos povos.

• É necessária, mas insuficiente, a inclusão de cláusulas democráticas nos acordos com a União Européia, a exemplo do que se deu com o México. Essas cláusulas devem ser acompanhadas de mecanismos efetivos de promoção dos direitos humanos. Os mecanismos do diálogo social não podem ser utilizados como meros instrumentos para legitimar acordos que carecem de partici-

pação efetiva de nossas sociedades no processo decisório. A construção de uma institucionalidade democrática de participação cidadã deveria ser o ponto de partida de qualquer acordo. Os cidadãos e cidadãs devem ter o direito de participar das decisões e também do processo de formulação e implementação de decisões e políticas de cooperação. Os parlamentos e governos locais devem ser incluídos em todas as etapas das negociações.

• O apoio ao desenvolvimento deve considerar os grupos mais desprotegidos da sociedade. A erradicação do trabalho infantil deve ser uma meta prioritária baseada em instrumentos e prazos definidos. A discriminação de gênero não é compatível com a justiça social e o desenvolvimento. As mulheres constituem um dos setores mais expostos às conseqüências perversas da globalização. A cooperação deve ter como objetivo a definição de mecanismos capazes de promover a equidade de gênero em nossas sociedades. Os trabalhadores e trabalhadoras migrantes devem ter assegurado o acesso aos direitos laborais onde quer que se encontrem. O respeito à autodeterminação dos povos indígenas deve ser um compromisso de nossas sociedades.

• A preservação da biodiversidade e de ecossistemas vitais se encontra ameaçada pela lógica do crescimento econômico e pela desregulação comercial, na medida em que esta facilita o acesso ao consumo irracional dos recursos naturais. O livre comércio é contraditório com a promoção do desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. A concentração da propriedade fundiária e de recursos vitais como a biodiversidade e a água ameaçam o capital natural de que dependem não só as gerações futuras, como numerosas comunidades e culturas locais. O comércio dos produtos alimentares deve considerar a segurança alimentar e eliminar a produção de alimentos transgênicos. A pequena produção familiar, que é a base de culturas locais tradicionais, deve merecer atenção específica ante os impactos da integração. A cooperação entre União Européia, América Latina e Caribe precisa estabelecer limites sociais e ambientais para o crescimento, baseados na sustentabilidade e na equidade.

O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DIÁLOGO EUROPA - AMÉRICA LATINA E CARIBE faz parte da construção de uma articulação entre organizações sociais e sindicais do Brasil e demais países do das Américas denominada Aliança Social Continental. Esta experiência inédita nasceu e vem se consolidando ante os acordos de livre comércio nas Américas. Estamos convencidos de que as organizações representativas da sociedade civil necessitam formular agendas e propostas alternativas capazes de se contrapor a estes processos, colocando a dimensão social como prioridade fundamental. Estamos convencidos de que a ausência de canais de participação nos acordos oficiais reduz a legitimidade das decisões adotadas nos encontros oficiais. Os parlamentos e os próprios governos nacionais, até agora submissos à suposta fatalidade da globalização, precisam reagir e afirmar a soberania nacional. A sociedade civil deve prosseguir pressionando e formulando alternativas ancoradas na justiça social, na solidariedade internacional e na paz.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1999

Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo  
Europa, América Latina e Caribe  
Encontro de Parlamentares Latino-Americanos

ARTIGO

por Viviane Ventura Dias

# A América Latina diante de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais

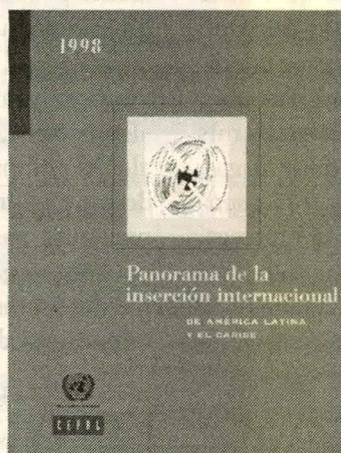
A terceira reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se realizará na cidade de Seattle (EUA) entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro próximos, deverá lançar uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Já conhecida como a "rodada do milênio", ela propõe desafios e oportunidades para os países da América Latina e do Caribe. Como os demais países em desenvolvimento, os latino-americanos consideram que o processo de abertura comercial trouxe pesados custos em termos de mudanças em sua estrutura produtiva, que se somaram a outros custos decorrentes da adequação de legislações e instituições às obrigações emanadas dos acordos da Rodada Uruguai. Com toda a razão, portanto, os países da região dificilmente estarão dispostos a aceitar novos compromissos – e os custos deles decorrentes –, se os mesmos não estiverem associados a maior acesso de seus produtos aos mercados dos países industrializados.

Os interesses de um país se definem a partir de sua estrutura produtiva e comercial, bem como da posição que ele ocupa na economia internacional. Para a Cepal, o estudo da inserção internacional da América Latina sempre teve uma importância crucial. Os documentos da Cepal destacaram os problemas do desenvolvimento decorrentes de uma especialização comercial baseada em poucos produtos básicos, bem como a necessidade de selecionar e avaliar os instrumentos de políticas públicas que poderiam ser utilizados para alterar essa composição da pauta exportadora. Os trabalhos mais recentes – entre os quais se destaca a publicação anual *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*, em sua edição de 1998 – concluíram que, apesar dos esforços das últimas décadas, a maior parte dos países da região ainda é vulnerável às oscilações dos preços dos produtos básicos. Isso ficou claro, aliás, nos resultados comerciais de 1998, marcados pela dramática queda dos preços dos principais produtos expor-

tados pelas economias latino-americanas.<sup>1</sup>

Desde o final da última década, os governos da América Latina adotaram políticas de austeridade fiscal e monetária para controlar os desequilíbrios macroeconômicos que resultaram da crise da dívida externa na década de 1980. O programa de reformas econômicas também incluiu as políticas de liberalização dos fluxos de comércio e investimento, desregulamentação dos mercados internos e privatização do patrimônio público, tudo feito com o objetivo de reordenar o sistema de incentivos para o setor privado, aperfeiçoar o funcionamento dos mercados e contribuir para o aumento da competitividade internacional das unidades produtivas instaladas. Trabalhos anteriores da Cepal indicaram que essas medidas, embora necessárias, não foram suficientes para gerar um crescimento sustentável na América Latina. Os países devem também melhorar sua participação nas correntes dinâmicas do comércio, no acesso à tecnologia, no investimento direto estrangeiro e no financiamento de longo prazo.

Contudo, esse processo de modernização das políticas comerciais nos países latino-americanos – iniciado, em alguns casos, na metade da década passada – ainda não conseguiu mudar a especialização exportadora da região. A maior parte das economias depende de poucos produtos e/ou de poucos mercados de destino para formar sua renda exportadora. Com exceção do México e, em menor medida, do Brasil, os países da região mantêm suas exportações concentradas em produtos primários. Embora as economias mais avançadas tenham aumentado suas exportações de produtos manufaturados, estes decorrem, em geral, do processamento de produtos primários. O México teve muito êxito na diversificação de suas exportações, logrando com isso introduzir em sua pauta



produtos manufaturados com base tecnológica mais avançada; mas a estratégia mexicana resultou em um aumento desproporcional dos Estados Unidos como local de destino de suas exportações.

Para mudar sua especialização exportadora – partindo, como foi observado, de suas dotações de recursos naturais e de mão-de-obra –, os governos da região procuraram desenvolver programas de apoio ao setor privado e de melhoria da competitividade sistêmica de suas economias, adotando políticas e instrumentos compatíveis com os compromissos assumidos na OMC. Em geral, a maior parte dos países empregou programas de incentivos fiscais e de crédito aos exportadores, além de outros instrumentos mais ágeis e efetivos, como o acesso preferencial a insumos importados (internação temporal, devolução de impostos ou *drawback*) e isenção do imposto sobre o valor agregado. Outros países – como Argentina, Brasil, Equador e México – melhoraram a capacidade institucional para desenhar e implementar políticas de apoio, promoção e diversificação das exportações, procurando tornar menos dispersa a capacidade de decisão entre agências governamentais e promover maior coerência entre seus programas.

Na publicação já mencionada, a Cepal examinou as medidas comerciais implementadas nos últimos anos pelos governos latino-americanos. Mostrou que os países mantiveram o compromisso com o processo de abertura comercial, mas, ao mesmo tempo, os governos adquiriram alguma familiaridade no uso de instrumentos de proteção contingente, além de maior convicção em fornecer apoio ao setor privado para aumentar seu acesso aos mercados tanto dos países industrializados como dos países em desenvolvimento, incluindo os da própria região.

Grandes países – como Argentina, Brasil, Chile e México – estão desenvolvendo ações junto ao setor privado para identificar possíveis barreiras a suas exportações dirigidas aos países importadores, com a finalidade de se antecipar a processos longos e caros, como o que foi enfrentado recentemente pelo Chile, sujeito a uma investigação nos Estados Unidos sobre *dumping* na venda de salmões. Aprendendo com a experiência dos Estados Unidos, que publicam anualmente um relatório sobre barreiras a suas exportações, a União Européia, o Japão e o Canadá começaram a recolher informação sobre problemas de acesso a mercados. Da mesma maneira, os países da América Latina também estão procurando formar um cadastro sobre barreiras externas ao comércio e ao investimento, para que os setores privado e público possam deter informação detalhada sobre as condições de acesso aos diferentes mercados, contribuindo assim para defender melhor os interesses comerciais nacionais e construir uma agenda comercial ativa.

Por outro lado, os países latino-americanos estão atravessando um período de transição no tocante a políticas de promoção de exportações. Inicialmente, receberam maior prioridade as reformas das políticas macroeconômicas e comerciais. Havia uma certa expectativa de que essas novas políticas, ao conseguir reduzir o viés antiexportador e estabelecer os preços "corretos", bastariam para corrigir o sistema de incentivos aos empresários e estimular o aumento e a diversificação das exportações. Porém, embora as exportações tenham efetivamente aumentado – graças às novas políticas econômicas e à queda da demanda nos mercados internos –, as reformas não foram suficientes para eliminar o viés antiexportador e nem foram capazes de mudar o perfil exportador de cada país.

Além disso, a globalização dos mercados mundiais (e suas repercussões sobre a concorrência, cada vez mais intensa, que enfrentam as em-

## ARTIGO

presas nos mercados internos e externos de cada país) contribuiu para que os governos e o setor privado adquiriram maior consciência da necessidade de ter sistemas eficientes de promoção do comércio, que ajudem as empresas a enfrentar os desafios dos próximos anos.

Ao mesmo tempo, os compromissos que os países assumiram no marco da Rodada Uruguai também contribuíram para o debate sobre a transformação das políticas de promoção de exportações. As novas regras do comércio multilateral, que permitem que os países em desenvolvimento tenham acesso a melhores oportunidades de comércio e a um sistema de solução de controvérsias mais equitativo, também têm implicações importantes sobre a capacidade de ação dos governos para influenciar a alocação de recursos, em seu território, através de incentivos fiscais ou de crédito.<sup>2</sup>

A partir da Rodada Uruguai, a quase-totalidade das políticas nacionais ficou exposta ao debate inter-

nacional, já que qualquer instrumento de política pública terá sempre, de forma direta ou indireta, um efeito sobre custos e preços das exportações do país e/ou sobre o acesso de outros produtos, serviços ou produtores aos mercados do país. Isto não quer dizer que os governos tenham perdido condições de legislar sobre as condições de acesso a seus territórios, pois, em geral, os acordos multilaterais contêm cláusulas ainda muito vagas, que necessitam de acordos suplementares para tornar-se mais efetivas. Sem dúvida, porém, a tendência é aumentar o grau de especificidade ao se tratar de medidas que têm efeito sobre as transações em serviços, subsídios, investimento estrangeiro direto, compras governamentais, etc.

É importante salientar que, na OMC, os países em desenvolvimento, com exceção dos que têm renda *per capita* inferior a US\$ 1.000,00, não gozam de muita consideração por seu atraso industrial relativo. Têm apenas um pouco mais de prazo para ajustar-se às novas normas. Para a

comunidade internacional, o termo "desenvolvimento" foi redefinido, passando a limitar-se aos países mais pobres do planeta.

Sem políticas adequadas, as economias latino-americanas dificilmente poderão redefinir sua inserção internacional. Portanto, na "rodada do milênio", cabe aos governos reivindicar prazos, gradualismo e, em alguns casos, isenção da aplicação de alguns compromissos que lhes impedem de coordenar os investimentos nacionais para áreas mais intensivas em tecnologia e mão-de-obra qualificada (como a proibição de exigir uma quota de de insumos nacionais

no total de insumos; a proibição de exigir um desempenho exportador quantificável; ou a proibição de exigir licenciamento compulsório).

Viviane Ventura Dias é diretora da Divisão de Comércio Internacional e Financiamento do Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

## Notas

1. O *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe* (documento LC/G.2038-P, de março de 1999) está disponível na *home page* da Cepal (<http://www.eclac.org>).
2. Um exemplo onteressante é a recente decisão da OMC sobre os financiamentos à Embraer.
3. O trabalho "Panorama de la inserción internacional" poderá ser adquirido através da biblioteca do Corecon/RJ.

## CONVITE

O Comitê Organizador do XIII Congresso Brasileiro de Economia está convidando os cursos de Economia a apresentar seu melhor trabalho de fim de curso, pertinente aos temas do Congresso, para o Prêmio de Monografia. Esperamos com este prêmio incentivar a participação dos estudantes no Congresso Brasileiro. Os critérios/procedimentos do Prêmio poderão ser solicitados pelo tel. (021) 232-8178 e visualizados na Internet no endereço <http://www.rioeconomia99.org.br>

## Enfim, uma revista que enxerga longe!

**Rumos** é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

# Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro  
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010  
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831  
E-mail: [abderj@iis.com.br](mailto:abderj@iis.com.br)

— ARTIGO — por Helder Ferreira de Mendonça —

# O motivo do ajuste fiscal

Nos dias atuais, o principal tema debatido pela maior parte dos economistas brasileiros diz respeito à necessidade de um ajuste fiscal para que se possa sair da atual crise da economia brasileira. Para os técnicos da equipe econômica, o modelo proposto pelo governo — aumento dos impostos, reforma da Previdência e processos de privatização — parece ser a panacéia capaz de recuperar a credibilidade, colocando os “fundamentos” econômicos no devido lugar. O objetivo deste artigo é apresentar, de forma sucinta, as diversas impropriedades cometidas pela equipe econômica desde o início do Plano Real, mostrando que o atual risco de fracasso do plano não pode ser atribuído exclusivamente aos problemas desencadeados pela crise asiática.

Para que se possa entender o comportamento do governo é necessário fazer uma rápida retrospectiva, de modo a mostrar o diagnóstico dos principais problemas detectados no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e as medidas então adotadas.

O Plano Real, lançado em dezembro de 1993, teve como grande conquista a mudança de um regime de alta inflação para um ambiente de estabilização de preços. Para obter essa grande façanha, o mecanismo mais conhecido consistiu na substituição da antiga moeda (Cruzeiros Reais) por um superindexador (a Unidade Real de Valor), preparando a introdução posterior de uma nova moeda (o Real) sem que esta fosse contaminada pela inflação. Ou seja, o diagnóstico indicava que a inércia era o principal elemento para a persistência de elevadas taxas de inflação.

Apesar do Plano Real estar associado, em sua essência, ao aspecto monetário da economia brasileira, o quadro fiscal foi o elemento-chave no período pré-estabilização, sendo fundamental para o sucesso no combate à inflação. No primeiro estágio do Plano houve o esforço do governo em equilibrar o Orçamento federal,

reduzindo significativamente a proposta orçamentária de 1994. O problema consistia no fato de que as despesas eram fixadas em termos nominais enquanto os impostos eram indexados. Sob um regime de alta inflação, essa combinação possibilitava que o governo captasse um montante adicional de recursos através do imposto inflacionário. Ocorria o inverso do efeito Oliveira-Tanzi. Assim, controlar o déficit orçamentário nominal era um problema monetário e não fiscal. Se o déficit orçamentário estivesse equilibrado, não seria necessária uma receita de senhoria para seu financiamento, não havendo, por conseguinte, uma pressão inflacionária.

Logo após a instalação do Plano Real, três fases da política cambial foram observadas: a primeira, marcada pela não-intervenção do Banco Central no mercado, perdurou até o início de março de 1995; a segunda, que corresponde ao período de março a junho de 1995, foi caracterizada pelo regime de bandas cambiais; por último, houve na terceira fase maior monitoração da taxa de câmbio, com a adoção de leilões de *spread* e menores faixas de variação cambial intrabanda. Um dos resultados diretos dessa política cambial foi a perda de competitividade dos produtos brasileiros no cenário internacional, o que acarretou um déficit persistente na balança comercial.

Em termos gerais, pode-se dizer que o governo adotou uma postura de monitoração do câmbio, tendo em vista evitar flutuações que viessem a perturbar a estabilidade da moeda. Nesse sentido, havia uma clara aproximação entre o regime de câmbio adotado pelo governo e o câmbio fixo. Ou seja, a âncora cambial presente no Plano Real acarretava sérias implicações para o déficit. Dentro de certos limites, o estoque de moeda tornava-se endógeno ao câmbio, o que impedia o uso da política monetária como instrumento de política econômica e eliminava a possibilidade de emissão monetária

para financiar o déficit.

O déficit poderia ser financiado pela redução das reservas, mas essa possibilidade não deveria ser acionada. As reservas do país em moeda estrangeira funcionam como um elemento de defesa da estabilidade da moeda. Uma redução dessas reservas para financiar o déficit poderia gerar uma fragilidade nas defesas do Plano, criando condições favoráveis a um ataque especulativo contra o Real, como efetivamente ocorreu, e forçando um retorno à política de pequenas e sucessivas desvalorizações, praticada com muita frequência entre 1968 e 1993.

Além das observações feitas acima, deve-se considerar a baixa taxa de crescimento econômico experimentada pelo país nos últimos anos. Nesse contexto, a única opção disponível para obter recursos e financiar o déficit fiscal consistia na emissão de novos títulos. Adotada pelo governo, ela permitia manter a estabilidade da moeda. Porém, não era consistente no tempo, pois os agentes só compram títulos enquanto o governo tiver “credibilidade” no mercado. Para evitar a monetização do déficit — que seria uma sinalização do provável fracasso do Plano —, a equipe econômica, diante de um cenário externo desfavorável, optou por manter elevadas taxas de juros para evitar perdas ainda maiores.

Os efeitos perversos da manutenção de elevadas taxas de juros são óbvios: desemprego, desaceleração do crescimento econômico, aumento do déficit operacional e nominal, etc. O que se observa é um cenário novo. Diferentemente da estrutura apresentada em modelos de hiperinflação ao modo de Cagan, nos quais a emissão monetária para geração de imposto inflacionário consiste no elemento detonador do processo inflacionário, pode-se reativar a inflação através de um mecanismo indireto, ou seja, a manutenção de elevadas taxas de juros.

Apesar do cenário desfavorável, a equipe econômica não pode alegar

que não teve chances. Rudiger Dornbusch, do MIT, foi motivo de chacotas nas sucessivas vezes em que recomendou a desvalorização do Real como forma de evitar uma dependência excessiva da entrada de capitais para equilibrar o balanço de pagamentos. Nos dias atuais, de crise acentuada, o então presidente do Banco Central, agora na condição de cidadão comum, diz que a recente desvalorização do câmbio foi, afinal, acertada.

Ainda seguindo o carnaval de incoerências, a população brasileira assistiu atônita às privatizações de diversas empresas (Light, Telebrás, Vale do Rio Doce, etc.) que, de acordo com o ministro Pedro Malan, serviriam para reduzir o estoque da dívida, com queda subsequente do déficit. Apesar da boa intenção, o resultado foi o contrário. A receita das privatizações aumentou consideravelmente nos últimos anos, mas o déficit aumentou ainda mais, fazendo com que os recursos captados fossem utilizados apenas para pagar o serviço da dívida.

Há ainda outros fatos, como a CPMF, o aumento da alíquota do imposto de renda, da Cofins, etc., que propiciaram ao governo uma elevação recorde na receita decorrente da captação de impostos. Apesar disso, o governo continua a considerar insuficiente o aumento do custo social. O corte tem que ser ainda mais profundo, para que o capital estrangeiro não se assuste e fuja, pois corre-se o risco de transformar o atual cenário — cheio de nuvens carregadas — em tempestade.

Como se vê, a defesa da moeda conjugada à ausência de uma política de desenvolvimento para o país (a abertura econômica, por si só, não é condição necessária e suficiente) fez a equipe econômica cometer erros grosseiros.

Helder Ferreira de Mendonça é professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## ARTIGO

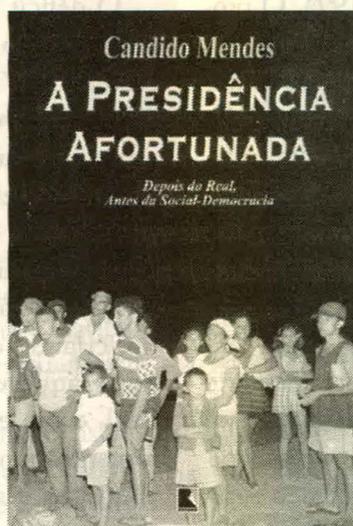
por Wanderley Guilherme dos Santos

# A presidência afortunada, de Candido Mendes

No Brasil pós-Real e antes da socialdemocracia encontra-se o governo, mais especificamente o presidente Fernando Henrique, enredado em exímia dialética da esquiva, cujo êxito, e o êxito do presidente, deságua em peculiar paralisia narcísica: não se inclina à esquerda, porque não pode, nem radicaliza à direita, porque não quer. Em decorrência, sofre o presidente o desconforto próprio do intelectual – a angústia do que ficou por fazer –, ao pagar o imposto devido à *persona* – a de um sedutor sem carisma, enigmático e que, face ao juízo especular “sou mais inteligente do que vaidoso”, permite que a inteligência quebre o espelho, “ainda que a vaidade recolha todos os seus pedaços”.

Se quiser prosseguir, este é um dos enredos, entrecruzados a outros, ao longo das 362 páginas de *A Presidência afortunada*, de Candido Mendes. Outro pode ser reconstruído a partir de intrigante questão: apesar de constantes referências ao fugidio tempo do calendário newtoniano – “ontem”, “neste fim de semana”, “em seu último discurso”, eis alguns exemplos – por que os tópicos abordados não se mostram passadiços? Por que reflexões a propósito de figuras cuja relevância política foi dissipada – e nomeá-las aqui seria deselegante – não se tornaram, elas próprias, rarefações memorialísticas?

Creio que, a par da arguta, e com freqüência implacável, psicanálise do político-intelectual e de suas angústias de éticas transtrocadas, encontra-se no livro elaborada montagem da micrológica do poder. As figuras-pessoas convertem-se em termos médios de figuras silogísticas, em particular do



silogismo entimêmico, nos quais a credibilidade da premissa maior é assegurada pela opinião da maioria, antes do que por evidência axiomática. Assim, vai-se do conhecido “Todos os homens são mortais, Sócrates é homem, logo, Sócrates é mortal” ao problemático “Se todos os socialdemocratas promovem a justiça social, e se  $x$  é um socialdemocrata, então,  $x$  promove a justiça social (ou é “de esquerda”)”. E aqui a porca torce o rabo, pois, segundo a micrológica de Candido Mendes, ou bem o silogismo é viciado (impossível), ou bem a premissa maior “os socialdemocratas promovem a justiça social” não é majoritária – o que seria uma contradição em termos, já que, se não o for, o raciocínio não está adotando apropriada definição nominal da socialdemocracia. Resta a dúvida sobre a premissa menor:  $x$  é ou não um socialdemocrata? A micrológica é sutilíssima, mas rigorosa.

Registre-se, por fim, a transfiguração do efêmero em trágico pelo artesanato da retórica. É comum esquecer-se que a história é o somatório interminável do curto prazo, cujo *self* de apresentação beira o trivial. Mas não na estética da recepção de Candido Mendes. A profusão de imagens, alegorias, metáforas, metonímias, e o que haja, exprime, em primeiro lugar, a exacerbação da sensibilidade do autor. Pouco importa, talvez, que o índice remissivo dos personagens (que na verdade não existe) não seja reconhecido pelas pessoas. Em certo sentido, Candido Mendes nos persuade de que assim devam perceber-se, caso fossem dotadas do sentimento trágico da política.

Wanderley Guilherme dos Santos é cientista político.

## CONGRESSO

## I Congresso Latino Americano de Teoria Econômica para o Desenvolvimento

**OBJETIVO PRINCIPAL:** A construção de fundamentos teóricos e critérios de política econômica para o desenvolvimento da América Latina.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- ⇒ Renovar a agenda de investigação da teoria econômica diante das insuficiências da teoria vigente.
- ⇒ Contribuir para a transformação das bases teóricas na formação dos economistas do futuro.
- ⇒ Entregar o novo modelo aos poderes Executivo e Legislativo dos países da região.
- ⇒ Pôr um novo modelo à disposição da sociedade civil e de suas instituições.

**ÁREAS TEMÁTICAS**

- 1) Bem-estar, distribuição e justiça social
- 2) Educação, emprego, trabalho, relações trabalhistas e seguridade social
- 3) Eficiência econômica, diferenciação tecnológica e crescimento
- 4) Demografia, desenvolvimento regional e urbano
- 5) Sustentabilidade
- 6) Integração regional real e monetária
- 7) Financiamento do desenvolvimento
- 8) Instituições para o desenvolvimento e novas relações Estado-sociedade civil
- 9) Reforma do Estado
- 10) Críticas à teoria

Para mais informações consultar a página: <http://www.unam.mx/ie> • e-mails para: [secacd@servidor.unam.mx](mailto:secacd@servidor.unam.mx)

# Balanço do IV Encontro Nacional de Economia Política

O IV Encontro Nacional de Economia Política, realizado nos dias 1º a 4 de junho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constituiu passo importante na consolidação da SEP como entidade nacional. Desde sua primeira reunião, em 12 de junho de 1998, a diretoria da SEP entendia que um grande esforço deveria ser empreendido para levarmos nossos eventos para fora do eixo Rio-São Paulo.

Conseguimos fazê-lo em Porto Alegre, a despeito da situação econômica do país e da penúria das universidades. Isso só foi possível graças à intensa mobilização dos associados de Norte a Sul do Brasil e aos apoios e patrocínios obtidos: Adurgs, Ange, Anpec, Banrisul, Capes, CNPq, Cofecon, Corecon-RJ, Corecon-RS, Corecon-SP, Fapergs, Nossa Caixa Nosso Banco, Prefeitura de Porto Alegre, PUC-RS (Face e Departamento de Economia), PUC-SP (FEA e Departamento de Economia), UEM (Mestrado de Economia), UFC (Departamento de Economia), UFES (Mestrado de Economia), UFPR (Mestrado de Economia), UFRGS (FCE, Departamento e Mestrado de Economia), Unicamp (Mestrado de Economia), Unisinos (Curso de Ciências Econômicas) e USP (Departamento de Economia). Essa adesão demonstra a respeitabilidade crescente que a SEP vem conquistando.

Outro indicador de reconhecimento cada vez maior da SEP é o aumento do número de trabalhos enviados, que ultrapassaram duas centenas. A despeito das dificuldades, foi possível aumentar também o número de trabalhos apresentados (97 *papers* e três comunicações), o que foi viabilizado pela mobilização e os apoios anteriormente referidos. Além disso, temos o testemunho das comissões científicas de que os *papers* selecionados são de muito boa qualidade do ponto de vista científico e acadêmico.

O IV Encontro foi extremamente bem-recebido pela sociedade local, o que se percebe pela quantidade de inscritos (415), pela cobertura praticamente diária da imprensa escrita e falada e pela presença de autoridades acadêmicas e do Poder Executivo.

Cabe ainda um destaque à relevância, atualidade e qualidade do curso de aprofundamento. A escolha acertada dos temas e a qualidade dos professores convidados (Lenina Pomeranz, Philip Arestis, Carlos de Aguedo Paiva e Jorge Mattoso) determinaram um afluxo considerável de inscritos, entre os quais inúmeros professores.

O Encontro contou com a participação de professores estrangeiros - Andrew Kliman (Pace University), Philip Arestis (University East London), Aldo Ferrer (Universidade de Buenos Aires) e Michel Husson (Insee e Ires) - que trouxeram suas contribuições para o debate, seja de questões teóricas seja de questões relativas à atualidade do capitalismo contemporâneo (tais como União Monetária Européia e Mercosul).

Além disso, eventos devem ser destacados, seja por sua própria importância, seja pelos desdobramentos que produziram. A seção especial sobre "A questão federativa", que contou com a presença de Arno Augustin

(Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul), Yoshiaki Nakano (Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo) e José J. Tavares (UFRGS), além de muito concorrida, gerou uma moção apresentada e aprovada na Assembléia Geral da SEP e divulgada junto à imprensa local.

A seção especial "Democratização do Estado: a experiência do orçamento participativo", centrada na participação do economista Raul Pont, prefeito de Porto Alegre, permitiu a socialização dessa experiência e um rico debate sobre a questão.

Por todos esses motivos, pode-se afirmar que a SEP firmou-se como entidade nacional e avançou no sentido de sua institucionalização.

Rosa Maria Marques é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

## Moção aprovada na Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Economia Política, realizada em Porto Alegre em 3 de junho de 1999

Tendo em vista

- a) a prática fratricida de guerra fiscal na disputa por investimentos produtivos, que estimula comportamentos pouco éticos dos agentes econômicos (a exemplo do caso da Ford no Rio Grande do Sul) e
- b) a centralização de recursos por parte da União, movida pela prioridade quase exclusiva atribuída aos compromissos estritamente monetários e financeiros, e a conseqüente desoneração, por parte da União, de seus encargos sociais,

a Sociedade Brasileira de Economia Política incita o governo federal a:

- a) assumir sua responsabilidade de implementar políticas industrial e regional adequadas para alavancar oportunidades de desenvolvimento no âmbito nacional;
- b) preservar a harmonia entre os estados e municípios, redistribuindo melhor os meios econômicos e assumindo suas obrigações sociais, de modo a atender as necessidades de cada ente federativo em consonância com a respectiva capacidade de contribuição e participação em um projeto nacional de desenvolvimento.

## ADVOGADO DE PLANTÃO

### NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

**Terças-feiras, de 16h às 18h**

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (021) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (021) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

# FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Ficção e realidade se misturam no Rio para explicar à população a importância do orçamento. Saiba tudo sobre a guerra judicial que está sendo travada no Rio Grande do Sul em torno do projeto estadual de orçamento participativo. Fique por dentro dos remanejamentos.

## FÓRUM DO ORÇAMENTO EM BELÉM

O Fórum recebeu outro convite para ajudar a implementar um novo espaço de discussão do orçamento público. Dessa vez, a iniciativa partiu de Belém, do Conselho Regional de Economia do Pará - 6ª Região (Corecon-PA).

## GUERRA JUDICIAL

Uma ação movida pelo deputado federal Alceu Colares (PDT-RS), em abril deste ano, conseguiu suspender novamente no dia 28 de junho a execução do Orçamento Participativo no Estado. O deputado acusa o governador Olívio Dutra (PT-RS) de estar cometendo um ato ilegal. Apesar da batalha na Justiça, que vem se arrastando nos últimos meses, o processo continuou acontecendo em cada um dos 467 municípios gaúchos. A briga deve se estender pelos próximos anos.

## OP NA CAPITAL

O projeto de orçamento participativo do estado do Rio de Janeiro já chegou à capital. No dia 16 de junho, a vice-governadora Benedita da Silva e o secretário estadual de Planejamento Jorge Bittar apresentaram projeto a representantes de movimentos sociais da cidade. Bittar aproveitou a ocasião para explicar a todos como funciona o processo.

De acordo com a metodologia do projeto, o Rio será dividido em quatro regiões, e em cada uma delas acontecerá uma reunião.

## "ORÇAMENTO É BOM E EU GOSTO!"

Está aberta a sessão plenária na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Será votado e discutido o orçamento. Cidadãos que assistem da galeria se revoltam ao perceber que os projetos de interesse da população não são aprovados, enquanto outros, de utilidade duvidosa, são acolhidos pela maioria dos vereadores, que festejam ao lado de poderosos lobistas. Por causa da pressão da população, alguns projetos de seu interesse são aprovados, mas tudo muda no final porque as verbas são remanejadas, e o projeto votado inicialmente é desconfigurado.

Essa descrição, um tanto atemporal e vaga, serve muitas vezes para descrever a realidade e a atuação de alguns vereadores do município do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito ao orçamento. No dia 24 de junho, quinta-feira, esse enredo serviu como tema para um espetáculo teatral diferente, que nasceu da parceria entre o Fórum e o Centro de Teatro do Oprimido (CTO) do Rio de Janeiro. Ficção e realidade misturaram-se na Cinelândia, em frente à Câmara, sob o olhar atento da platéia.

Com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do orçamento, o Fórum e o CTO montaram a peça "Orçamento é bom e eu gosto!", encenada pela primeira vez. Esse seria, inicialmente, o dia da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2000. Entretanto, infelizmente, a LDO seria votada somente no dia 1º de julho.

Além de assistir à peça, quem parou para conferir a sessão encenada pelo CTO podia também dar suas sugestões para o orçamento da cidade. "Se vocês acham que a gente exagerou, podem entrar para ver aí qualquer dia e conferir, mas é tudo verdade", brincou Bárbara Santos, do CTO.

Laura Lustosa, que participou da peça, lembrou aos presentes o quanto é importante acompanhar a atuação dos vereadores. "A gente precisa acompanhar e ficar de olho para saber se aquilo que está sendo feito é mesmo do nosso interesse".



## PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO CARIOCA

O desafio de criar uma proposta que viabilize a democratização do orçamento carioca marcou as últimas reuniões e discussões do Fórum. Alguns pontos da proposta que será levada ao prefeito já foram definidos. O principal deles gira em torno da criação de um "conselho orçamentário", composto pela Prefeitura, a Câmara e os conselhos municipais criados por lei. Esse conselho contaria com o apoio do Tribunal de Contas do Município (TCM) e da Procuradoria. Entre suas atribuições estaria a análise das propostas escolhidas pela população. Em cada uma das plenárias realizadas na cidade seria discutido o orçamento e eleitas as prioridades dos moradores para sua região.

## REMANEJAMENTOS

Apesar da polêmica sobre a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, acompanhando os remanejamentos no *Diário Oficial do Município* vemos que alguns projetos dessa pasta continuam recebendo recursos através desse mecanismo.

O Centro Esportivo Miécimo da Silva, por exemplo, foi beneficiado em aproximadamente 300%. Lembramos que, no mês de abril, o mesmo projeto que tratava da manutenção desse centro esportivo já havia tido seus recursos aumentados em 143%, passando de um orçamento de R\$455.450 para mais de R\$1 milhão. Artur Xexéo, colunista do *Jornal do Brasil*, noticiou à época o troca-troca de recursos promovidos pela Prefeitura.

Novamente, outro programa a receber recursos foi o de Atividades Esportivas e de Lazer. Dessa vez, sua dotação foi reforçada em 67%. O objetivo do programa seria a realização, entre outros, do projeto lazer de fins de semana e de competições programadas como as de *beach soccer* na Zona Sul e de vôlei entre condomínios na Barra da Tijuca. O programa prejudicado neste remanejamento foi Pagamento de Inativos, Pensionistas e Outros Encargos, perdendo mais de R\$ 3,5 milhões. Em abril, o mesmo programa beneficiado já havia recebido, via remanejamento, mais R\$975.000, ou seja, um reforço de 31% em relação a seus recursos iniciais, de mais de R\$ 3 milhões.

O programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) teve os seus recursos aumentados em 65%, em detrimento de programas da Secretaria Municipal da Fazenda, para assegurar a melhoria da qualidade na prestação de serviços e infra-estrutura e de Encargos Gerais do Município, referente a despesa de pessoal, onde encontram-se os pagamentos de salário-família, de assistência médico-hospitalar e pensões especiais.

O programa de Benefícios aos Servidores e Obrigações Tributárias e Contributivas, referente à despesa de exercícios anteriores da Riotur, inicialmente contava com apenas R\$1,00, mas acabou sendo reforçado através do remanejamento e hoje sua dotação chega a R\$204.719,00. Trata-se, evidentemente, de uma "janela orçamentária", ou seja, o programa fica "em aberto" e pode ou não ter suas verbas aumentadas ao longo do ano com os remanejamentos.

## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (021) 232-8178 - Fax (021) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Renata Carvalho, Ruth Espínola e Fernanda Ricardo.

## CEPAL

## Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia - RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe* - 1998, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional* - 1998, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe* - 1998, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal - Número 67 - Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

## CONGRESSO

## XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural

*O Agronegócio do Mercosul e a sua Inserção na Economia Mundial*

1º a 5 de agosto

Organizado pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), o Congresso a ser realizado em Foz do Iguaçu facilita e propicia uma discussão do tema na sua principal área de abrangência, tanto para o Brasil como para os outros países membros - Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia -, dada a proximidade dos principais centros de produção, consumo e exportação. A presença de vários países no Congresso estimulou a International Association of Agricultural Economists (IAAE) a organizar uma ação conjunta com a Sober. Assim, terá o First Sober/IAAE Joint Symposium.

Os temas debatidos nos dez painéis programados serão de interesse principalmente regional, abarcando toda a área de influência do Mercosul. O painel de Conjuntura tratará do agronegócio nos fatores, tecnologia, insumos e equipamentos. O painel sobre cooperativismo será apresentado pelos profissionais que operam no setor, como administradores, pesquisadores ou negociadores. A questão agrária é um tema que influencia as áreas econômica e social, impactando de forma diferenciada os países. O impacto de políticas setoriais sobre o agronegócio será discutido no terceiro painel. Os outros painéis, tratando desde alternativas de financiamento e comercialização privada da produção, até infra-estrutura, logística e impactos ambientais e desenvolvimento de inovações tecnológicas, permitirão um amplo debate com os grandes conhecedores destes temas no Brasil e em outros países das Américas.

Local do Evento: Rafain Palace Hotel - Av. Olímpio Rafagnin, BR 277 Km 727 - Foz do Iguaçu - PR  
Sites com informações sobre o evento: <http://www.celebra.com.br> • <http://www.ufv.br/der/sober>

## JORNAL

## Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 232-8178 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

## PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

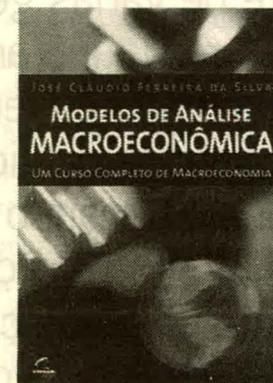
Livraria FGV - Tel. 536-9105  
Praia de Botafogo, 188  
Rio de Janeiro

## NOVO TELEFONE

O Corecon/RJ  
está de telefone novo:  
(021) 232-8178

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



**Modelos de Análises  
Macroeconômica,**  
Ferreira da Silva.  
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

- *A Grande Recessão*, Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 23,80
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 32,00 Por: R\$ 22,40
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:  
segundas, quartas e sextas,  
das 12h às 18h;  
terças e quintas,  
das 11 às 17h.  
Telefone: (021) 232-8178

ENTREVISTA

# CELSO FURTADO

## *Brasil, os caminhos da reconstrução*

Mestre de várias gerações de economistas brasileiros e um dos pensadores latino-americanos de maior influência no mundo, Celso Furtado preparou, em junho deste ano, o texto que o *Jornal dos Economistas* publica na íntegra, que foi debatido no Congresso Nacional, tratando das vias, ainda possíveis, de reconstrução do Brasil. Faz um diagnóstico dos descaminhos do Plano Real, comenta o acordo com o FMI, adverte para a ameaça de evoluirmos na direção da dolarização da economia brasileira (que significaria, em suas palavras, "compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país"), trata do delicado tema da moratória e ressalta as limitações dos mecanismos de mercado em países que têm diante de si o desafio de realizar reformas estruturais. No fim, define aquelas que deveriam ser, a seu ver, as três frentes prioritárias de ação do nosso governo.



### O PROBLEMA

A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, sujeita a crises intermitentes no balanço de pagamentos. Não podemos ignorar esse fato se pretendemos compreender a inflação crônica que caracterizou a economia brasileira tanto nas fases de crescimento e como nas de recessão.

A estratégia de estabilização adotada pelo governo a partir de 1994 ignorou essa realidade. Ora, a instabilidade vinha reduzindo a governabilidade do país desde a década de 1970, quando a conjuntura internacional mudou, sob impacto da alta do preço do petróleo e, no fim do decênio, com a elevação abrupta das taxas de juros no mercado internacional. Esse aumento nas taxas de juros operou em detrimento dos países do Terceiro Mundo e em benefício dos EUA, que passaram a absorver grande parte dos recursos disponíveis para investimento na esfera internacional.

O traço essencial que marcou a política implantada há cinco anos consistiu em tirar proveito do aumento conjuntural da liquidez internacional, sob a forma de aplicações em fundos de capitalização de curto prazo. Deu-se, assim, mais elasticidade à oferta interna de bens de consumo mas inverteu-se a posição da balança comercial que, de positiva, passou a ser fortemente negativa. Isso favoreceu a massa de consumidores, o que produziu dividendos políticos consideráveis. Pouca preocupação houve com os fundamentos da estabilidade, não obstante a ampla experiência, acumulada no país, de luta contra a inflação e suas raízes estruturais ligadas ao subdesenvolvimento. Com efeito, é reconhecido o pioneirismo do Brasil no esforço de teorização sobre essa matéria.

Como era previsível, a estabilidade de preços engendrou sem demora um grave desequilíbrio no balanço de pagamentos. À diferença do que ocorrera no passado, quando se enfren-

tava esse tipo de desequilíbrio manipulando o câmbio, desta vez privilegiou-se a estabilidade de preços, buscando o endividamento externo de curto prazo mediante a elevação exorbitante das taxas de juros. Essa política de juros altos provocou uma redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos. O país começou a projetar a imagem de uma economia distorcida, que se endivida no exterior para financiar o crescimento do consumo e os investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações. A dimensão do passivo externo líquido (diferença entre o passivo externo bruto, que é igual à soma da dívida externa com o estoque de investimentos estrangeiros, e os ativos externos) praticamente dobrou entre 1994 e 1998, passando de 35% para 65% do PIB. Se relacionamos esse passivo com o estoque de capital fixo acumulado no Brasil, a relação aumenta de 23% para 44%.

Isso significou a opção consciente pelo endividamento externo na estratégia de combate à inflação.

Não seria o caso de culpar os formuladores do novo plano de estabilização, que haviam recomendado uma política fiscal compensatória, de modo a engendrar uma elevação compulsória da poupança. É sabido que essa nova política foi concebida nos Estados Unidos, com a colaboração de técnicos do Fundo Monetário Internacional. Isso explica que não se haja levado em conta as peculiaridades do processo legislativo brasileiro, o qual está longe de ter o nível de racionalidade ao gosto dos tecnocratas.

Mas não se pode ignorar que a nova orientação produziu fartos dividendos políticos, que inebriaram os dirigentes do Poder Executivo. Obteve-se, mediante reforma constitucional, o direito à reeleição dos chefes desse poder, mas o custo político decorrente do conseqüente sobreendividamento traduziu-se em um dese-

quilíbrio cujos efeitos ainda não foram plenamente conhecidos.

A partir de então, fez-se evidente que a economia brasileira se autocondenara a ter de apelar para uma ruí­nosa moratória, cujo impacto internacional seria necessariamente considerável. O temor dessa repercussão abriu espaço para uma ação preventiva de apoio ao Brasil, comandada pelas nações mais ricas e articulada pelo FMI. Mais uma vez evidenciou-se que as instituições internacionais são incapazes de mobilizar os recursos requeridos para evitar rupturas de pagamentos de grande vulto. Os poucos recursos que intermediam são aplicados com taxas de juros que pouco alívio trazem aos devedores. Não obstante a excepcionalidade do caso, os recursos postos à disposição do Brasil aprofundaram o endividamento do país, particularmente se se leva em conta que as condicionalidades do FMI conduzem a uma recessão cujo custo social é elevado. A estratégia dessa instituição baseia-se em uma compressão da demanda para aumentar a capacidade de pagamento do serviço da dívida externa de mais longo prazo. A inovação está em que a recessão deixa de ser vista como um mal e passa a ser considerada o objetivo a ser perseguido. Busca-se a adoção de um sistema de *currency board*, ou seja, a dolarização progressiva, à semelhança do que ocorreu na Argentina. Isto implica que, sobreendividado, o Brasil deve compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país. Diante dessa perspectiva, temos de reconhecer que o recurso à moratória seria um mal menor, comparado com a abdicação da responsabilidade de nos autogovernar a que seríamos levados pela dolarização.

A situação a que fomos conduzidos nos obriga a buscar entendimento com os credores nos planos externo e interno. Os aliados potenciais internos são os grupos industriais esmagados pelas taxas de juros exorbitantes e a classe trabalhadora, vítima do desemprego generalizado. No plano externo, cabe lutar por uma reestruturação do sistema financeiro internacional, no sentido de

reduzir a dependência dos fluxos de capital de curto prazo.

No momento atual, presenciamos uma volta ao processo de endividamento externo, ao sabor da nova vaga de liquidez do mercado financeiro internacional. Portanto, voltamos a correr o risco de uma moratória catastrófica, que parece ser o objetivo dos que se empenham em liquidar o que resta do patrimônio público (leia-se Petrobrás) e em ceder a instituições supranacionais o comando do sistema monetário brasileiro (leia-se dolarização). Se privatizarmos o atual sistema bancário controlado pelo governo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), estaremos transferindo para o controle privado os instrumentos da política econômi-

**"Reverter o processo de concentração patrimonial e de renda, superar o atraso nos investimentos no fator humano e rever nossa forma de inserção no processo de globalização são três frentes decisivas para que retomemos a construção do país, que foi claramente interrompida nos últimos anos."**



ca, o que significa tornar sem função o Banco Central. De toda forma, isso ocorrerá se mergulharmos em uma progressiva dolarização, na conformidade dos compromissos assumidos com os credores externos sob a orientação do FMI. Não se pode ignorar que, neste caso, privatização significa internacionalização.

#### QUE FAZER?

O objetivo a alcançar a longo prazo deve ser uma reforma de estruturas, visando a retomar o processo de construção, a cuja interrupção me referi em livro publicado no começo do decênio. A estratégia a ser seguida requer ação em três frentes. A primeira visa a reverter o processo de concentração patrimonial e de renda que está na raiz das malformações sociais que se observam no Brasil. Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão-de-obra subutilizadas, elementos que dificilmente se encontram reunidos em outras partes do

planeta. Por outro lado, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e mesmo famintas. A solução para este problema é de natureza política, antes de ser econômica, como bem expôs o economista hindu Amartya Sen, o mais recente Prêmio Nobel de Economia.

Esse autor demonstra com clareza que o problema das fomes epidêmicas e da pobreza endêmica em amplas áreas do mundo atual não depende prioritariamente do aumento da oferta de bens essenciais nos países concernidos. Trata-se do que ele chama de "ênfase da habilitação". Para participar da distribuição da renda social, é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no siste-

ma produtivo. O que está bloqueado em certas sociedades é esse processo de habilitação. Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia. As instituições que permitem a concentração, em poucas mãos, da formidável valorização das terras urbanas respondem pela miserabilidade de grandes massas da população. Com frequência, a pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem origem em uma situação de privação do acesso à terra e à moradia. Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos de mercado.

A segunda frente a ser atacada é a do atraso nos investimentos no fator humano, atraso que se traduz em extremas disparidades entre salários de especialistas e salários do operário comum. O salário de um engenheiro de produção no Brasil rivaliza

com o de países desenvolvidos de média renda e é três vezes mais alto que o do México, cuja renda *per capita* é similar à nossa. Enquanto isso, o salário do trabalhador não especializado se nivela com os mais baixos da América Latina. O índice de desenvolvimento do fator humano das Nações Unidas, que inclui variáveis sociais ao lado de fatores econômicos, aponta o Brasil como um caso notório de atraso no desenvolvimento social, relativamente ao nível de renda *per capita*. Deduz-se desses dados que o Brasil acumulou historicamente um considerável atraso em investimento no fator humano, ou seja, na promoção do bem-estar da massa da população. A miséria de grande parte do povo brasileiro é a contrapartida do hiperconsumo praticado por uma minoria pequena, em termos relativos.

A terceira frente de ação refere-se à forma de inserção no processo de globalização. Esse processo traduz a prevalência das empresas transnacionais na alocação dos recursos produtivos. Isso decorre da importância crescente do fator tecnológico na orientação dos investimentos, bem como da concentração do poder militar em escala planetária. Constitui equívoco imaginar que o processo de globalização responde pela instabilidade dos mercados monetário e financeiro em escala internacional. Essa instabilidade decorre da desregulamentação dos sistemas de controle desses fluxos, a partir do desmantelamento das instituições de Bretton Woods e da substituição do ouro pelo dólar como padrão monetário dominante.

Para entender a situação problemática com que se confronta atualmente o Brasil, faz-se necessário adotar uma perspectiva histórica. Somente assim será possível distinguir as questões estruturais, ou crônicas, das conjunturais, decorrentes da política que vem sendo seguida pelo governo atual. Conforme já observamos, o nosso é um país com notória tendência à concentração da riqueza e da renda, particularmente no que concerne a investimentos no fator humano. Disso resulta uma sociedade que tolera extremas desigualdades

## — ENTREVISTA —

sociais e cujos grupos de altas rendas apresentam notória inclinação ao consumismo. Nesse quadro estrutural, que engendra forte propensão ao consumo, a prática da poupança é quase inexistente, o que explica a insuficiência crônica de recursos destinados ao investimento e também explica a propensão ao endividamento externo. Esse contraste entre o desejo de acesso à modernidade e a carência de poupança própria está na raiz da tendência ao desequilíbrio inflacionário. Isso também explica a precocidade com que, entre nós, se teorizou sobre o caráter estrutural da inflação nas economias subdesenvolvidas. Também cabe ter em conta o fato de que nosso país está sob forte influência cultural dos Estados Unidos, cujo dinamismo se baseia no hiperconsumo e se traduz numa propensão crônica ao endividamento interno e externo. Ora, os Estados Unidos emitem uma moeda de circulação universal, o que lhes permite endividar-se em condições privilegiadas. O caso brasileiro é exatamente inverso: nossa história está marcada por experiências de inadimplência. Além disso, razões de várias índoles respondem pela baixa eficiência dos investimentos reprodutivos entre nós.

A globalização é percebida atualmente como um imperativo histórico que condiciona a evolução de todas as economias. Mas não devemos perder de vista a diferença entre globalização abrangente das atividades produtivas e globalização dos fluxos financeiros e monetários. A primeira globalização é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica, enquanto a segunda ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, tendo como pólos os Estados Unidos, a Eurolândia e o Japão. A pressão que se manifesta visa a simplificar os sistemas monetários a partir desses três pólos de dominação, o que é racional do ponto de vista das economias desenvolvidas, que fundam seu dinamismo essencialmente nas forças do mercado. No que concerne aos países subdesenvolvidos, onde o desenvolvimento depende do enfrentamento de problemas estruturais, o espaço para a

ação política tem que ser necessariamente maior. Nesses países necessita-se de uma política inovadora, particularmente na área monetária, sem a qual estaremos condenados à estagnação. A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas. Portanto, implica a existência de uma vontade política orientada por um projeto. Essa é a lição que podemos tirar dos decênios de crescimento que vivemos a partir do imediato pós-guerra.

Se o Estado nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve



**"Se prosseguirmos no caminho que estamos trilhando desde 1994, buscando a saída fácil do crescente endividamento externo e o do setor público interno, o 'passivo Brasil' terá crescido ao final do próximo decênio de forma a absorver a totalidade da riqueza nacional. O sonho terá então terminado."**

ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. Mas, se o objetivo principal é alcançar o bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo atualmente no Brasil.

A absorção de recursos externos deve ser disciplinada por uma política que tenha em conta seus efeitos positivos e negativos. É urgente planejar a saída do estado atual de sobreendividamento externo, tanto do governo como de muitas empresas. Por outro lado, urge sincronizar os encargos financeiros do capital externo com o impacto positivo deste sobre a capacidade para expor-

tar. Não se pode perder de vista que o comércio exterior é o pulmão pelo qual se respira o avanço tecnológico. Se mal administrado, esse comércio pode levar a economia a uma paralisia progressiva. O formidável sobreendividamento que sofremos entre 1995 e 1998 – o déficit em conta corrente somou algo como US\$ 100 bilhões – ocorreu em um período em que o crescimento econômico foi praticamente zero. Ora, esses foram anos em que dobrou o grau de controle, por grupos estrangeiros, do capital fixo reprodutivo do país.

Em face das incertezas que enfrentamos atualmente, uma estratégia, para ser eficaz, deve visar a um horizonte de longo prazo e privilegiar o esforço de reconstrução. Os objetivos iniciais devem ser abrangentes e

transnacionais, conduzirá inevitavelmente à concentração da renda em favor dos países criadores de novas técnicas. Pouca dúvida pode haver de que, a longo prazo, esse crescimento produzirá uma civilização fundada em desigualdades sociais crescentes.

Ao cabo de duas "décadas perdidas", é natural que nos interroguemos sobre o que houve de errado no comportamento dos dirigentes de nosso país e/ou até que ponto a responsabilidade pode ser imputada a forças externas que condicionam nossos centros de decisão. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que dirigentes sem autonomia, incapacitados para ter uma visão global da realidade em que estavam inseridos, já não constituíam agentes ativos de nossa própria história. Podemos afirmar que esse primeiro patamar de independência foi alcançado desde começo da década de 1950, quando os problemas da economia brasileira passaram a ser vistos como atividade política relevante e tornaram-se objeto de amplos debates.

Vou referir-me a dois temas fundamentais, sobre os quais houve reflexão teórica relevante entre nós, com repercussão nas decisões políticas tomadas na época. Esses temas são o da inflação e o da elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

Afastando-se da visão monetarista tradicional, que isolava o sistema de preços e as atividades produtivas reais, surgiu no Brasil uma escola de pensamento que via no crônico processo inflacionário o reflexo de tensões estruturais geradas pelos conflitos em torno da distribuição da renda. Daí a relevância do fator político. Em livro publicado em 1954 (*A economia brasileira*, editora A Noite), eu dizia o seguinte, em um capítulo intitulado "A instabilidade como problema estrutural": "O estudo do processo inflacionário focaliza sempre dois problemas: a elevação do nível de preços e a redistribuição da renda. Seria, entretanto, errôneo supor que se trata aí de dois problemas autônomos. A palavra inflação induz a esse erro, pondo em primeiro plano o aspecto monetário do processo, isto é, a expansão da renda monetária.

podem parecer um tanto contraditórios do ponto de vista da lógica econômica convencional. Mas o que importa é que sejam coerentes do ponto de vista político.

Exemplificando:

(a) dar prioridade à solução do problema da fome e da subalimentação da população de baixa renda – este é um problema similar ao da segurança pública e ao do combate às doenças contagiosas;

(b) concentrar investimentos no aperfeiçoamento do fator humano, de forma a elevar o nível de cultura da massa da população e ampliar a oferta de quadros técnicos;

(c) conciliar o processo de globalização com a criação de emprego, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos – a capacidade para importar deve ser utilizada de forma a priorizar as aquisições de tecnologia.

Na ausência de um projeto autônomo que dê prioridade ao objetivo do bem-estar social, o crescimento econômico, sob a direção de empre-

## ENTREVISTA

Contudo, essa expansão é apenas o meio pelo qual o sistema procura redistribuir a renda."

A diversidade estava em ver a inflação, primeiramente, não como fenômeno monetário, na linha do FMI, mas prioritariamente como uma luta pela distribuição da renda. A diferença entre os dois enfoques está em que a visão monetarista conduz a uma política deflacionista e recessiva que favorece certos setores sociais, em detrimento da massa de assalariados. O enfoque estruturalista, por sua vez, permite identificar os focos originais de tensão crescente e põe em evidência os beneficiários do surto inflacionista. A vitória plena das idéias do FMI levou à situação que presenciamos sem corar, que é o planejamento de uma recessão de elevado custo social, para curar uma inflação agravando a concentração da renda.

A idéia de que o planejamento era uma técnica que permite elevar o nível de racionalidade das decisões econômicas tanto nas empresas como em uma sociedade politicamente

organizada difundiu-se amplamente a partir da Segunda Guerra Mundial. No que se refere aos conjuntos econômicos nacionais, economistas de países em reconstrução foram os primeiros que teorizaram sobre o problema, sendo notórios os casos da França e da Holanda. Era fácil per-

"A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento, medido pela renda *per capita* – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica."

ceber que a reconstrução de um sistema econômico requeria técnicas complementares de coordenação de decisões, que tivessem projeção no tempo e ultrapassassem o alcance dos sistemas mercantis. A reflexão sobre esse tema abriu caminho para a idéia de que a superação do subdesenvolvimento, que também requer transformações estruturais, podia benefi-

ciar-se da experiência das economias em reconstrução. O primeiro manual de Técnica de Planejamento foi elaborado na Cepal no começo da década de 1950 sob minha direção. E serviu de base para a preparação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, que permitiu



sua vida econômica. Em outras palavras, o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia" (*A pré-revolução brasileira*, Rio de Janeiro, agosto de 1962).

O processo de globalização interrompeu esse avanço na direção da conquista da autonomia na tomada de decisões estratégicas. Se submergimos na dolarização, estaremos regredindo a um estatuto semicolonial. Com efeito, se prosseguirmos no caminho que estamos trilhando desde 1994, buscando a saída fácil do crescente endividamento externo e o do setor público interno, o "passivo Brasil", a que fizemos referência, terá crescido ao final do próximo decênio de forma a absorver a totalidade da riqueza nacional. O sonho de construir um país tropical capaz de influir no destino da humanidade ter-se-á desvanecido.

ao Brasil avançar consideravelmente na industrialização.

Cerca de um decênio depois eu me autocongratulava: "A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento, medido pela renda *per capita* – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de

## ECONOMISTAS NA ARGENTINA

### III Encontro Internacional de Economia

Córdoba, 10 a 14 de agosto de 1999

Fundar as bases analíticas de uma economia antropocêntrica é o tema central do encontro que será realizado em Córdoba, Argentina, sob a coordenação do professor Luis Eugenio Di Marco, diretor-fundador do Centro de Investigações Econômicas de Córdoba. O encontro, que conta com o apoio de várias instituições, públicas e privadas, entre elas a Universidade de Córdoba, também prevê cinco mesas de discussão: *O papel do município num mundo em transformação*; *Política econômica e social*; *Globalização, pobreza e destino da América Latina*; *As perspectivas de uma economia solidária fundada no equilíbrio ecológico*, Córdoba-Santa Fe-Entre Ríos, o "x" do Mercosul.

Já estão confirmados os seguintes convidados: J.H.G. Olivera, G. de Bernis (Universidade de Grenoble), Jean Ivez Calvez, Aldo Ferrer (Universidade de Buenos Aires), Stephen C. Smith (George Washington University), Jagdish Bhagwati (Columbia University), Camilo Dagum (Ottawa), entre outros, e os Prêmios Nobel J. M. Buchanan, Amartya Sen e Gary S. Becker e vários líderes internacionais.

Mais informações: Tel. 54 351 4559400 ou 54 351 155 116 407 (falar com Patricia A. Mir) E-mail: luchodim@eco.uncor.edu.

## CAPA/ARTE

**Raimundo Brandão Cela**, pintor brasileiro (Sobral CE 1890 – Niterói RJ 1954). Cursou a antiga Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, onde foi discípulo de João Zeferino da Costa, Eliseu Visconti e, mais tarde, de João Baptista da Costa. Em 1916 apareceu pela primeira vez no Salão Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, conquistando a pequena medalha de prata; no ano seguinte, com *O último diálogo de Sócrates*, obteve o prêmio de viagem ao estrangeiro. Na Europa, onde permaneceu cinco anos, expôs no Salão de Artistas Franceses de 1922, em Paris. De retorno ao Brasil, fixou-se em Camocim, em sua terra natal, onde passou longo período afastado da pintura. Voltou à atividade na década de 1930, executando, entre outras obras, um painel para o palácio do governo do Ceará, onde também se encontra a tela *Anchieta ensinando o Brasil a ler*. Mudou-se depois para Niterói, onde viveu até a morte. No Salão Paulista de Belas-Artes de 1943, obteve a pequena medalha de ouro com a tela *A arrebatção*. Raimundo Cela fixou principalmente tipos humanos (rendeiras, vaqueiros, jangadeiros) e paisagens marinhas do Ceará. Dedicou-se também à gravura, especializando-se na água-forte, gênero em que deixou trabalhos como *Viela*, *No cais do Sena*, *Jangadas para o mar*, *Anúncio de circo* e *O Engenho*, essa última, com área impressa de 35 x 44,9 cm, reproduzida na capa graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto João Diaz.

## BIBLIOTECA

### Atenção!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:  
Segundas, Quartas e Sextas,  
das 12h às 18h.  
Terças e Quintas, das 11h às 17h.

## FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS – O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de julho.

## ARTIGO

por José Ricardo Tauile

## Ford ou não Ford?

Previdas pela liberação das importações de veículos no início da década de 90, as quatro montadoras automobilísticas então instaladas no Brasil aceleraram seus planos de investimento. Começaram com o lançamento dos chamados carros populares, a partir dos acordos da Câmara Setorial, e estenderam-se até a decisão (quase todas) de instalar novas plantas para produzirem modelos inteiramente novos.

Tais planos foram acompanhados pela vinda de várias novas montadoras. Chegou-se a estimar que a capacidade produtiva da indústria automobilística no Brasil dobraria alcançando, no início da próxima década, cerca de 3,5 milhões de veículos anuais. A justificativa para esta decisão "coletiva" poderia ter dois vetores. Primeiro, no plano interno. O Brasil tem sido considerado um dos três países de maior potencial de crescimento de mercado no mundo, juntamente com a China e a Índia.

Com a ascensão de FHC à Presidência da República, e por tudo que pregou até então, esperava-se que se iniciasse um processo de redistribuição de renda, fundamental para a ampliação estrutural do mercado de automóveis. O sucesso inicial do Plano Real, que provocou alguma redistribuição de renda nos dois primeiros anos do seu governo, parecia confirmar aquela expectativa. Além do mais, a estabilidade da moeda viabilizava a reabertura de mecanismos eficazes de financiamento de vendas de veículos (crédito direto ao consumidor, *leasing*, consórcios etc.). Tais mecanismos são importantíssimos para alavancar as vendas de veículos. Assim é que nos EUA, no início da década, 95% dos veículos eram vendidos a prazo e apenas 5% à vista. No Brasil, era o contrário, somente 5% das compras eram financiadas.

Após o crescimento vertiginoso das vendas (que chegaram a atingir 2,2 milhões de veículos em 1997) houve uma significativa inflexão na curva de expectativas que se refletiu em uma dramática queda nas

vendas já em 1998. Esta queda agravou-se desde o início de 1999, com a crise cambial e a desvalorização do Real.

Em segundo lugar, no que tange ao vetor externo, poder-se-ia supor que, por diversas considerações que aqui não cabe detalhar, o Brasil passasse a ser considerado pelas grandes montadoras internacionais como um local propício para sedear um importante pólo produtor e exportador mundial de veículos. Mas aqui também há um problema. No início da década, havia um excedente bastante significativo de cerca de 8 milhões de veículos da produção sobre a demanda mundial que devia ser "desovado" anualmente. Logo, para se tornarem exportadoras em níveis significativos, as empresas aqui instaladas ou que viessem a se instalar aqui, teriam que reduzir a produção ou mesmo fechar fábricas em outros países, o que nem sempre é simples.

As exportações brasileiras de veículos que se seguiram, ficaram praticamente confinadas no âmbito do Mercosul. Em contrapartida, o mercado brasileiro passou a ser fundamental para alavancar o desenvolvimento da indústria automobilística na Argentina. Daí a crise cambial brasileira ter afetado profundamente as referências do comércio com a Argentina, contribuindo para um iminente (e, provavelmente, forte) ajuste econômico naquele país que poderá afetar, ainda mais, a lógica de formação do Mercosul.

No que concerne especificamente à Ford do Brasil, em meados da década de 80, seu desempenho era animador. Além de exportar Escorts até para a Escandinávia, sua fábrica em São Bernardo chegou a ser considerada a 11ª em qualidade dentre mais de 50 plantas da Ford em todo o mundo. Ultimamente, entretanto, seu desempenho no mercado brasileiro - o pior das quatro montadoras aqui instaladas - tem sido sofrível se comparado ao de sua matriz.

Sua decisão de instalar uma fábrica em Guaíba, junto a Porto Alegre, seguindo os passos da GM, não reve-

la uma estratégia clara mas estaria, provavelmente calcada em dois fatores principais: Primeiro, a posição geograficamente central daquela região em relação ao Mercosul e, segundo, as excepcionais facilidades que o governo anterior daquele Estado lhe havia concedido. Seriam cerca de 500 milhões de reais no curto prazo, para montagem da fábrica e obras de infra-estrutura para seu funcionamento, e 3 bilhões de reais ao longo do tempo por diferimento de impostos estaduais e outros incentivos (além do apoio do BNDES, que estaria limitado a um empréstimo de US\$ 500 milhões, por conta dos empréstimos anteriormente contraídos pela Ford para unidades produtivas do Estado de São Paulo). A lógica para viabilizar esta concessão, por não haver recursos orçamentários do Estado, era vender patrimônio público através de privatizações de companhias estaduais (tal como a de saneamento).

Com a atual reversão do mercado e com as expectativas pífias para o futuro próximo, o intuito do novo governo daquele Estado, de rever as condições de subsídios e financiamentos prometidos pelo governo anterior em meio a uma predatória guerra fiscal, provavelmente serviu como pretexto para que a Ford desistisse daquela opção e pudesse reavaliar seus projetos. O fato não é isolado pois os planos de construção de uma nova linha para substituir a produção do Escort na fábrica da Ford em Pacheco, na Argentina, aparentemente também foram, pelo menos, adiados.

Sem a pujança do Mercosul, por que não repensar a localização desta nova unidade produtiva? Quem sabe uma outra ou mais ampla linha de produtos, mais eficaz para atender o mercado de outras regiões do próprio País (dado que os dois modelos de automóvel que fabrica aqui não vendem bem)? Tudo isso são especulações. Há fortes indicações, isto sim, de que a Ford no Brasil não tinha mesmo (pelo menos até então) uma estratégia clara para disputar a lide-

rança do mercado nem aqui, nem no Mercosul. As especulações acabaram o recente anúncio de que a Ford decidiu ir ver o que a Bahia tem, numa decisão eminentemente política. De fato, com uma linha de produtos mais ampla e uma escala de produção (bem como uma geração de empregos diretos e indiretos) duas vezes e meia superior à prevista para a suposta planta do Rio Grande do Sul, o projeto contará também com um apoio de R\$ 1 bilhão por parte do BNDES (que aparentemente estendeu os limites anteriormente estabelecidos para a própria empresa, em função de o investimento ser agora na Bahia, região incentivada).

Especificamente, sobre a fábrica de Guaíba, tirando eventualmente, algum departamento da Ford, ninguém tem claro qual a linha de produtos que deveria ser oferecida. Segredo industrial? Pode ser, mas, francamente, o que sim parece claro é que naquele episódio, a Ford do Brasil adotou uma posição conservadora (em todos os sentidos) até, talvez, para poder mudá-la mais adiante, não se dispondo, assim, a correr qualquer risco, por menor que fosse o ajuste desejado pelo atual governo do Rio Grande do Sul. Vale notar que a diferença entre o valor total do apoio que o governo do RS se propunha a oferecer e o que a Ford exigia não parece justificar - pelo menos economicamente - o drástico rompimento de negociações por parte desta empresa. No mínimo, não foi nada elegante. Agora se sabe, foi também um ato político.

Quanto aos reais prejuízos para o Estado do RS, eventualmente acarretados pela desistência da Ford (e afora os interesses políticos aí envolvidos) cabe indagar sobre a quantidade e a qualidade dos postos de trabalho que se vai deixar de ganhar. Em princípio, é claro que seria ótimo para o RS ter uma fábrica da Ford lá mas, no caso específico, é imperioso avaliar qual o preço a pagar por isso. É bom lembrar que já vai longe o tempo em que uma fábrica da Ford (ou de qualquer outra gran-

## ARTIGO

de montadora) significava necessariamente muitos empregos e afluência (elevado bem estar material) para seus trabalhadores.

O estudo de Najberg e Vieira, publicado na revista PPE do IPEA de abril de 1997, utilizando a matriz insumo/produto brasileira confirmou que, em relação ao estímulo para o conjunto das indústrias, o setor automóveis/caminhões/ônibus tem alto poder de expansão da produção agregada. Não obstante, em relação à geração de empregos, constatou que tal setor gera uma baixa demanda por empregos (foi classificado em 36º lugar entre 41 setores analisados).

No que concerne a esta fábrica da Ford, é possível afirmar que, estando na fronteira da tecnologia, ela geraria relativamente poucos empregos diretos (segundo indicações da montadora, estariam entre 1.500 e 1.800 postos de trabalho) e que estes seriam muito caros, tendo em vista o montante do investimento previsto. Ademais, a maioria destes postos de trabalhos parecem exigir baixa qualificação dado que na Assembléia Gaúcha, a Ford declarou que o salário médio seria de R\$ 600,00, o que, convenhamos, não é grande coisa para uma indústria deste porte.

No que tange aos empregos indi-

retos, seus efeitos são ainda mais obscuros, pois não se sabe que partes de sua cadeia produtiva estariam concentrados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em outro estado do Brasil, ou mesmo no exterior. Quanto à fábrica da Bahia (e com escala de produção prevista ampliada), a própria Ford anunciou que serão gerados 5.000 empregos diretos e 50.000 indiretos. Em qualquer dos dois casos uma coisa é certa: a maioria das atividades consideradas "nobres" relativas àquela unidade produtiva, tais como aquelas inerentes à realização de projetos e a tomadas de decisões estratégicas não esta-

riam no Rio Grande do Sul, nem estarão na Bahia.

Ao governo do RS cabe responder rapidamente o que pretende colocar na área, já terraplanada do município de Guaíba, pois afinal "não se tira picolé da boca de criança na praia impunemente". Mais do que isso, tendo sido infrutíferas as negociações com a Ford cabe agora a esse governo apresentar um projeto alternativo que gere mais e melhores empregos para o Estado, até mesmo para enxugar as lágrimas das "viúvas locais da Ford".

José Ricardo Tauile é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ

## DEBATE

# Ciclo de debates: Economia Brasileira: alternativas para a crise

A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro/1ª. Região firmaram convênio e promoverão o ciclo de debates *Economia brasileira: alternativas para a crise*. Esta série de eventos será realizada em três etapas – julho, agosto e outubro, com o objetivo de discutir as estratégias para o crescimento econômico do país e as dificuldades inerentes a esse processo. Abaixo, publicamos a programação.

## PROGRAMA

## Abertura: Presidentes de ambas as instituições

Data: 13 de Julho

## Tema I: COMO SAIR DO CURTO PRAZO?

Horário: 15 às 17:30 horas

Local: Auditório do Edifício Castello Branco, Av. Rep. do Chile nº 230 / 2º andar

Mediador: Eduardo Callado (Presidente do Corecon).

## Palestrantes:

- Antônio Corrêa de Lacerda (Presidente do Cofecon e vice-presidente da Sobeet)
- Tito Bruno Bandeira Ryff - Secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Fernando José Cardim de Carvalho (Professor da UFRJ)

## Pontos para discussão:

- Crescimento sustentado e as restrições do balanço de pagamentos
- Competitividade e abertura econômica
- Poupança externa e interna
- *Inflation targeting*

Data: 30 de Agosto

## Tema II: COMO FINANCIAR O CRESCIMENTO?

## Pontos de Discussão:

- A reestruturação do segmento e sua participação na oferta de crédito ao setor produtivo.

Data: 25 de Outubro

## Tema III: COMO VIABILIZAR AS REFORMAS?

## Pontos de Discussão:

- Reforma política *versus* demais reformas estruturais

Inscrições gratuitas com Cláudia ou Isabel pelos telefones:  
(021) 509-6545 ou 232-5700.

Faça já sua inscrição! As vagas são limitadas.

## - CONGRESSO -

# XIII Congresso Brasileiro de Economistas

## VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

### “A herança do Século XX e a construção do novo século”

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias **13 a 17 de setembro de 1999**, no **Rio de Janeiro**, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um **balanço**, ao mesmo tempo **abrangente e profundo**, do **quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe**, de maneira a captar as aceleradas mudanças que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mudanças. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com **uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI**. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que - espera-se - seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergências sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. A **busca de alternativas de desenvolvimento** exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. **Promover o intercâmbio desses economistas** é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

#### ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

- ☛ Atividades culturais estão sendo programadas com o Museu do Folclore e o Museu Nacional de Belas Artes. Para o lazer dos congressistas, está sendo agendada intensa programação com grupos de Música Popular Brasileira.
- ☛ A Unctad apresentará, em sessão especial, o seu mais importante relatório "Trade and Development Report".
- ☛ Novos palestrantes nacionais e internacionais. Veja a lista !

#### ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - Aealc
- Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ
- Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - Sindecon/RJ
- Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro - Ierj

#### DIA 13/09/99 - HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

#### DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

## CONGRESSO

DIA 15/09/99				
HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Teoria da regulação e defesa da concorrência 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional	
INTERVALO				
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebisch/Cepal			
INTERVALO				
22:00 horas	Evento cultural / lazer			

DIA 16/09/99			
HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
ALMOÇO			
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
22:00 horas	Evento cultural / lazer		

DIA 17/09/99	
09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos
INTERVALO	
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe

## PATROCÍNIO:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro - FAPERJ
- Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - Andima
- Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

## APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unid Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe - Unesco
- Unesco / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos

- NUSEG / UERJ - Nucleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG / UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economia Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico
- Sela - Sistema Econômico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- UNCTAD - United Nation Conference on Trade and Development
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai
- ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- SOBEET - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica

# CONGRESSO

## RESULTADO DOS PAPERS

A Comissão de Seleção dos trabalhos submetidos ao XIII Congresso Brasileiro de Economistas e ao VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe encerrou suas atividades de análise e, chegando assim aos resultados finais. Conforme os critérios e procedimentos divulgados aos participantes, foram classificados vinte trabalhos para publicação e apresentação durante o Congresso. A organização se responsabilizará por arcar com os custos de passagem aérea e três diárias no Hotel Glória para os oito primeiros classificados, e três diárias, também no Hotel Glória, para os doze seguintes. Com relação aos trabalhos com mais de um autor, a organização arcará com os custos de uma passagem aérea e três diárias para um dos autores.

Devido ao excelente nível acadêmico dos participantes, a Coordenação decidiu incluir no CD-ROM, que representará os anais do evento, mais quarenta trabalhos, totalizando oitenta papers. Dessa forma, o esforço de publicação em muito contribuirá para a reflexão sobre os termos a serem abordados e debates entre os participantes do evento.

A relação está disponível em nossa home page <http://www.rioeconomia99.org.br>. Confira!

## COORDENAÇÃO GERAL

- |                                       |                                |
|---------------------------------------|--------------------------------|
| • Antônio Corrêa de Lacerda           | e-mail: lacerda@cofecon.org.br |
| • Roberto Verrier Castro (AEALC)      | e-mail: anec@ceniai.inf.br     |
| • Eduardo Mendes Callado              | e-mail: coreconrj@ax.apc.org   |
| • Luís Carlos Prado (IERJ)            | e-mail: delorme@cofecon.org.br |
| • Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) | e-mail: coreconrj@ax.apc.org   |
| • Luiz Antonio Elias (Cofecon)        | e-mail: elias@cofecon.org.br   |

## CURSOS

Conforme amplamente divulgado, durante as atividades do Congresso serão oferecidos três cursos aos participantes graduados. Na proposta original constava realização do curso sobre Cenários Macroeconômicos que por razões de agenda não mais será oferecido. Em seu lugar propomos o curso sobre Teoria da Regulação x Defesa da Concorrência, sendo mantidos os demais que constam no programa geral. As ementas dos três cursos, que terão a duração de três horas por dia, num total de nove horas, estarão brevemente disponíveis no endereço da homepage <http://www.rioeconomia99.org.br>.

Os critérios de participação incluem estar inscrito oficialmente no Congresso e ser graduado. O interessado poderá se inscrever em apenas um dos cursos e para obtenção de certificado cumprir integralmente a carga horária.

Devido a capacidade limitada do espaço físico onde se realizará cada curso e com o propósito de garantir maior comodidade, somente participarão os primeiros 50 inscritos em cada uma das atividades. Por razões técnicas não será possível tradução simultânea.

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E  
RESERVA DE HOTEL, VISITE A NOSSA HOME PAGE:  
<http://www.rioeconomia99.org.br>**

## LOCAL DO EVENTO

- Hotel Glória - Rua do Russel, 632 - Glória - Rio de Janeiro - RJ

## INFORMAÇÕES

- Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121 - e-mail: info@rioeconomia99.org.br
- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

## INSCRIÇÕES E RESERVAS DE HOTEL

- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

## Alguns nomes nacionais e internacionais

### Convidados Nacionais:

- Andrea Calabi - Presidente do Banco do Brasil (a confirmar)
- Maria da Conceição Tavares - Professora Emérita da UFRJ
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Diretor do IPRI/MRE
- Eugênio Staub - Presidente do IEDI
- Antonio Barros de Castro - Professor do IE/UFRJ
- Theotônio dos Santos - Secretário de Rel. Internac. do Gov. do Estado do Rio de Janeiro
- Mauro Marcondes Rodrigues - Presidente da FINEP
- Milton Santos - USP
- Wanderley Guilherme dos Santos - Professor do IUPERJ
- Tito Ryff - Secretário de Desenvolv. Econômico do Est. do Rio de Janeiro
- Carlos Antonio Luque - Secretário Adjunto de Planejamento de São Paulo
- Julio Sérgio Gomes de Almeida - Secretário Executivo do IEDI
- Renato Bauman - Diretor do Escritório da CEPAL/Brasília
- Ricardo Bielschowsky - CEPAL
- Rosa Maria Marques - Presidente da SEP e professora da PUC/SP
- João Damásio de Oliveira Filho - Presidente da ANPEC
- Adhemar Mineiro - DIEESE/Cofecon
- João Carlos Ferraz - Diretor do IE/UFRJ
- João Sabóia - Professor do IE/UFRJ
- Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do IERJ
- Reinaldo Gonçalves - Vice-presidente do CORECON-RJ
- Maria Regina Nabuco Brandão - Presidente Corecon/MG
- Carlos Roberto de Castro - Presidente do Corecon/SP
- Simone Wajnman - Cedeplar/UFMG
- Fábio Erber - Professor do IE/UFRJ
- Fernando Cardim - Professor do IE/UFRJ
- Paulo Nogueira Baptista Jr. - FGV/SP
- Maria José Cyllar Monteiro - FGV/RJ
- Antonio Maria da Silveira - FGV/RJ
- Otaviano Canuto - Professor da UNICAMP
- Jorge Mattoso - Professor da UNICAMP
- Antonio Prado - PUC/SP
- Victor Hugo Klagsbrun - Diretor do Mestrado de Economia da UFF
- Tânia Bacelar - Conselheira do Cofecon
- José Clemente de Oliveira - Conselheiro do CORECON-RJ
- José Graziano - Professor de Economia IE/UNICAMP
- José Pastore - Professor da USP
- Cândido Grzybowski - IBASE
- Lia Vals Pereira - FGV/RJ
- Lauro Vieira de Faria - FGV/RJ
- Clélio Campolina Diniz - Cedeplar
- Nelson Chalfun - Corecon/RJ
- Kjeld Aagard Jakobsen - CUT
- Pedro Motta Veiga - SOBEET
- Lauro Ramos - IPEA
- Luciano Coutinho - IE/Unicamp
- Maria Martha Malard Mayer - Diretora da Divisão de Pesquisas/IBGE
- Cláudio Deddeca - ABET
- Rogério Studart - IE/UFRJ

### Convidados Internacionais:

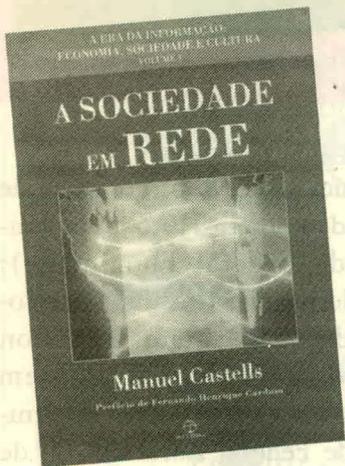
- Joseph Stiglitz - Vice-presidente do Banco Mundial (a confirmar)
- José Antônio Ocampo - Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
- Bárbara Stalings - Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal
- Carlos J. Moneta - Secretário Permanente do Sistema Econômico Latinoamericano - SELA
- Jan Kregel - Consultor permanente da UNCTAD e Professor da Università degli studi di Bologna e da Johns Hopkins University
- Viviane Ventura-Dias - Jefe de la Unidad de Comercio Internacional de CEPAL
- Jorge Kats - CEPAL
- Graciela Mognillanski - CEPAL
- Juergen Weller - CEPAL
- Armando Di Filippo - CEPAL
- Octávio Rodrigues - Instituto de Economia de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay
- Juan Mario Vacchino - Director del Sistema Econômico Latinoamericano - SELA
- Alicia Girón - Directora del Instituto de Investigaciones Económicas - UNAM
- Leonel Corona - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Arturo Huerta - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Francisco López Segrera - Consejero Regional de Ciencias Humanas y Sociales para América Latina y el Caribe - UNESCO
- Daniel Chudnovsky - Universidade de Buenos Aires
- John Cantwell - The University of Reading/England
- Samir Amin - Forum do Terceiro Mundo/Senegal
- Julio Carranza - Unesco - Havana
- Axel Didriksson - Coordenador da Cátedra Unesco/Universidad y Integración (México)
- Javier Martínez Peinado - Universidade de Barcelona - Espanha
- Bernardo Kossacof - Cepal/Argentina
- Benjamin Coriat - Universidade de Paris
- Jaime Estay - Universidade Autónoma de Puebla
- Eduardo Mayobre - Diretor da SELA

## ABRE ASPAS

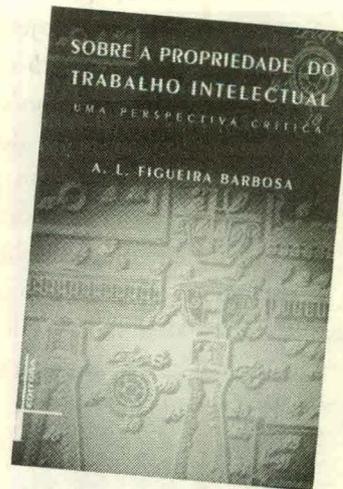
**GLOBALIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO**, de Reinaldo Gonçalves, faz uma análise crítica do processo de globalização e, principalmente, da crescente desnacionalização da economia brasileira e da vulnerabilidade externa do país a partir de 1995. O autor mostra o impacto da desnacionalização sobre a economia e a política no Brasil. Com base em uma avaliação crítica da política governamental de liberalização generalizada, o autor argumenta a favor de uma política regulatória e mais seletiva. O tema central é o da desnacionalização da economia brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que parte substantiva trate de temas econômicos, são abordadas, também, questões como poder de Estado e poder de empresas. A intenção é abrir um debate mais criterioso no Brasil, assentado no rigor conceitual e teórico, bem como na evidência empírica brasileira e internacional. A parte empírica do livro, bastante rica, reúne o que de melhor e mais recente existe no exterior e no Brasil (inclusive dados governamentais e informações de acesso restrito em bancos de dados particulares e material de circulação restrita). A "questão nacional" deverá ter uma presença cada vez maior na agenda política e econômica. Editora Paz e Terra, 220p.



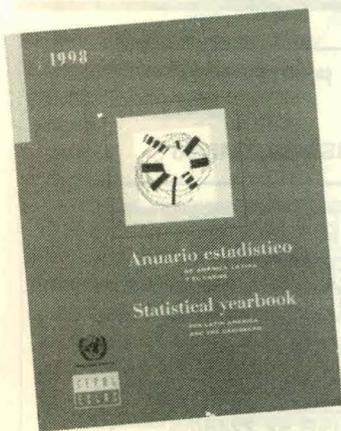
**A SOCIEDADE EM REDE – A ERA DA INFORMAÇÃO: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA**, de Manuel de Castells, com prefácio de Fernando Henrique Cardoso, busca esclarecer a dinâmica econômica e social da nova era da informação. Baseado em pesquisas feitas nos Estados Unidos, Ásia, América Latina e Europa, procura formular uma teoria que dê conta dos efeitos fundamentais da tecnologia da informação no mundo contemporâneo. Manuel Castells descreve o ritmo cada vez mais acelerado das descobertas e de suas aplicações. Examina os processos de globalização que marginalizaram e agora ameaçam tornar insignificantes países e povos inteiros, excluídos das redes de informação. Mostra que, nas economias avançadas, a produção se concentra em uma parcela instruída da população, com idade entre 25 e 40 anos: muitas economias podem abrir mão de 1/3 ou mais de sua população. Sugere que o resultado dessa tendência progressiva pode não ser o desemprego em massa, mas sim a flexibilização extrema do trabalho e a individualização da mão-de-obra e, em consequência, uma estrutura social altamente segmentada. O autor conclui examinando os efeitos e implicações da transformação tecnológica na cultura da mídia ("cultura da virtualidade real") na vida urbana, na política global e na natureza do tempo. Editora Paz e Terra, 617p.



**SOBRE A PROPRIEDADE DO TRABALHO INTELECTUAL – UMA PERSPECTIVA CRÍTICA**, de Antônio Luiz Figueira Barbosa, através de uma seleção de artigos, oferece uma visão ampla dos fundamentos que conformam as relações socioeconômicas da propriedade intelectual, além de diversos trabalhos sobre patentes, desenhos, marcas, segredos de negócio (*trade secrets*) e transferência de tecnologia. Desvenda as bases econômicas que exigirão da sociedade elaborar as formas jurídicas de regulação dos frutos do trabalho intelectual sempre que estes estejam inseridos na circulação econômica. Trata a propriedade intelectual não apenas em sua mera forma de proteção jurídica, mas como um instrumento de política da sociedade para o seu desenvolvimento socioeconômico. Antônio Luiz F. Barbosa, economista, iniciou sua carreira em 1971 como analista de contratos de transferência de tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e, desde então, sempre esteve envolvido com a temática da propriedade intelectual. Editora da UFRJ, 411p.



**ANUARIO ESTADÍSTICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1998** contém uma seleção atualizada, de começos de dezembro, das principais estatísticas disponíveis sobre a evolução econômica e social dos países da região. A primeira parte compreende indicadores socioeconômicos derivados (taxas de crescimento, proporções e coeficientes), que representam uma visão resumida de cada área de interesse e que constituem antecedentes para que a informação possa ser utilizada em análises especializadas. Neste conjunto de indicadores incluem-se aqueles usados nas avaliações regionais periódicas do processo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe, realizados pela Secretaria da Cepal. Na segunda parte figuram as séries históricas em números absolutos, permitindo sua utilização para uma grande variedade de propósitos. Na maioria dos quadros estatísticos aparecem cifras que se referem a um mesmo tema, ordenadas de maneira a facilitar a comparação entre países e entre estes e os totais regionais. A esse respeito, somente os quadros do balanço de pagamentos e de contas nacionais são uma exceção, uma vez que foram elaborados por países. Cepal, 778p. Os interessados poderão solicitar a publicação na biblioteca do Corecon/RJ. O preço é em dólar convertido ao câmbio do dia.



## LIVROS EM VENDA DIRETA

### LANÇAMENTO



**500 anos de periferia**  
168 páginas  
Samuel Pinheiro Guimarães  
Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

**História trágico-marítima** - 540 p.  
Bernardo Gomes de Brito (org.)  
Preço com desconto: R\$ 28,00

**O manifesto comunista – 150 anos depois**  
Daniel Aarão Reis (org.)  
Preço com desconto: R\$ 13,00

**A opção brasileira** - 208 p.  
César Benjamin e outros  
Preço com desconto: R\$ 13,00

**A sociedade do espetáculo** - 240 p.  
Guy Debord  
Preço com desconto: R\$ 19,00

**Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura** - 304 p.  
Kwame Anthony Appiah  
Preço com desconto: R\$ 23,00

**Um mapa da esquerda na Europa Ocidental** - 284 p.  
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller  
Preço com desconto: R\$ 22,00

**Um mapa da ideologia** - 338 p.  
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.  
Org. Slavoj Zizek  
Preço com desconto: R\$ 24,00

**O longo século XX** - 408 p.  
Giovanni Arrighi  
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995  
Preço com desconto: R\$ 24,00

**Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento** - 496 p.  
Ricardo Bielchowsky  
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)  
Preço com desconto: R\$ 25,00

### CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957  
Caixa postal 56066  
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

## LANÇAMENTO

# A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI

Nove especialistas em ciências sociais, de renome mundial, encontraram-se no Rio de Janeiro para pensar a realidade atual e as projeções que se podem fazer para o início do próximo milênio. Vindos de todos os continentes, representando diferentes escolas de pensamento, trabalhando em disciplinas diversas – filosofia, economia, ciência política, história, antropologia, sociologia e relações internacionais –, propiciaram um seminário que foi acompanhado pelo mundo acadêmico. Qual a utilidade, hoje, dos conceitos fundamentais que organizaram o pensamento social ao longo do século XX? Que realidades novas há? Como se pode discernir, desde o ponto de vista atual, o perfil do mundo no início do próximo milênio? Qual o caminho da civilização e quais os riscos da barbárie?

No seminário, os autores apresentaram por escrito suas contribuições, que foram reunidas no livro. Agnes Heller, antiga discípula de Georg Luckács e hoje radicada na New School of Social Research de Nova York, optou por focar a relação entre os regimes democráticos, a modernidade e o processo civilizatório, de modo a discutir, a partir daí, as potencialidades que a moderni-

dade ainda apresenta, tendo em vista o futuro a construir. Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, preparou um texto direto, polêmico e provocante, notavelmente erudito, explorando as novas configurações do sistema dominante e os desafios que elas trazem aos movimentos sociais. François Chesnais, da Universidade de Paris XIII, analisou as contradições do novo regime de acumulação capitalista e ousou propor um programa alternativo ao modelo neoliberal. Elmar Altvater, da Universidade Livre de Berlim, escolheu a temática do meio ambiente, destacando as alterações que ela deve provocar nas regras econômicas, políticas e jurídicas que prevalecem no mundo. Benedict Anderson, da Universidade de Cornell, de Nova York, discutiu o papel dos Estados e a questão nacional, projetando inúmeras implicações, para o próximo século, do crescente deslocamento de populações ao redor do planeta. Margot Light, da London School of Economics, enfocou um aspecto-chave para a evolução político-estratégica do sistema internacional ao discutir as possibilidades de reconstituição da hegemonia russa sobre uma vasta região da Eurásia. Kinhide Mushakoji, da Universidade Meiji

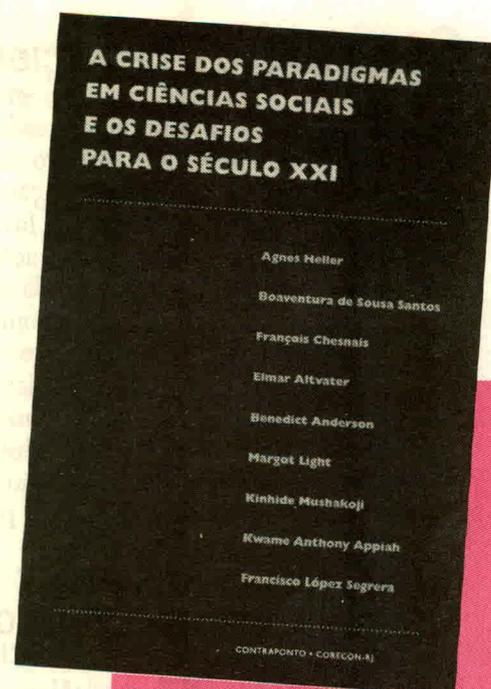
Gakuin, de Tóquio, fez uma análise crítica da “ocidentalização” do mundo e propôs um novo marco epistemológico a partir do qual se possa pensar um futuro verdadeiramente pluralista, construído a partir de uma ampla aliança de forças contra-hegemônicas. Kwame Anthony Appiah, cidadão de Gana e professor da Universidade de Harvard, mostrou que um liberalismo que não entenda o papel da diversidade e da pluralidade terminará sendo forma de totalitarismo. Por fim, Francisco López Segrera, da Unesco, descreveu os cenários alternativos do sistema mundial, destacando a preocupante possibilidade de que a América Latina ocupe uma posição cada vez mais marginal.

*A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* é um livro-referência para profissionais em ciências sociais e pessoas interessadas no debate atual sobre o destino da humanidade.

O livro será lançado em breve no Rio de Janeiro.

- Instituições que apoiaram o evento e a publicação deste livro: Caixa Econômica Federal, Fundação Roberto Marinho, Conselho Federal de Economia, Finep e Universidade Cândido Mendes.

- Comitê organizador do Seminário:



rio: Daniel Aarão Reis (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense); Fernando Cardim (Instituto de Economia da UFRJ); John Wilkinson (Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luiz Antônio Elias (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro); Marco Antônio Pamplona (Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RJ); Theotônio dos Santos (Mestrado em Economia da UFF); Victor Hugo Klagsbrunn (Sociedade Brasileira de Economia Política).

Ficha Técnica: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* / Agnes Heller ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Corecon/RJ e Contraponto, 1999. 268 p.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ  
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 12.07.99